

Insight Inteligência, 04 de abril de 2021

Ceição, uma visão feminista de Maria da Conceição Tavares

Por: Hildete Pereira de Melo

Meu encanto por Conceição é uma dízima periódica. A primeira casa decimal data de 1972. Eu, recém-chegada ao Rio de Janeiro para fazer meu mestrado em Informática na PUC, fui apresentada ao livro mais comentado entre os economistas naquele ano: “Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro”. Essa preciosidade chegou às minhas mãos por meio de Jane Souto, colega de uma amiga minha de turma, Ana Pimentel, também economista. A obra veio acompanhada da pergunta: “Já ouviu falar da autora?”. Acanhada, respondi que não. Jane emendou: “É uma portuguesa maravilhosa, precisas lê-lo”.

A referida publicação originava-se de um texto para discussão do curso da Cepal-BNDE, que circulava no meio acadêmico e político desde 1964, e, enfim, naquele instante, chegava às livrarias. Em Campina Grande (PB), onde cursei Economia, esta literatura ainda não tinha chegado. Àquela altura, já havia lido, cuidadosamente, Celso Furtado, uma vez que meu sonho era trabalhar na Sudene. Ao ouvir a recomendação sobre a obra de Conceição, corri à livraria para comprar o livro naquele mesmo dia. Foi também pelas mãos de Jane que iniciei minha vida acadêmica no Rio, como docente na Faculdade de Ciências Econômicas (UFF), em março de 1973, sob a batuta informal do professor Carlos Lessa.

Democracia em ebulição

A sociedade brasileira se mexia, ao mesmo tempo em que o debate político e econômico de resistência à ditadura militar crescia. Foi nessa ambiência que conheci a professora Maria da Conceição: passeatas, debates econômicos no interior do MDB, disputas de chapas para área sindical dos economistas. Conceição e eu estivemos no mesmo lado em todas essas pelepas, sempre pontuadas por marcos importantes. Conceição foi uma

figura proeminente na fundação, em 1979, do Instituto dos Economistas do Rio Janeiro (IERJ), órgão de resistência dos economistas. Pedro Sampaio Malan foi o primeiro presidente da entidade, seguido das gestões de Conceição e Antônio Barros Castro (Costa, 2012).

Em meados dos anos 1970, a professora já era uma eminente economista, ao passo que eu era uma jovem economista vinda do Cariri nordestino. Já era algo em comum: o fato de não sermos cariocas, mas, sim, uma “cachopa” e a outra, “paraíba”. Havia ainda um laço sorrateiro entre nós e velado naqueles tempos: éramos mulheres. Ela, discreta, e eu despertando para as lutas das mulheres. Em 1976, mergulhei de cabeça no debate feminista, enquanto Conceição reinava no debate econômico, nas denúncias da concentração de renda escancaradas pelo Censo de 1970, prova viva de que o desenvolvimento brasileiro era para poucos. Entre 1985 e 1989, fomos conselheiras efetivas do recém-criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/Ministério da Justiça no governo da redemocratização, que deveria ter sido exercido por Tancredo Neves, mas ficou a cargo de seu vice, José Sarney. Conceição levou para o Conselho todo o seu peso na academia.

Nossa relação se intensificou nos primeiros anos da década de 1990, com as manifestações pelo impeachment de Collor. Era um tempo de democracia em ebulição. Em meados da década, Conceição foi convidada pelo seu ex-aluno e grande amigo Aloisio Mercadante para filiar-se ao Partido dos Trabalhadores. A professora tinha uma fidelidade canina ao velho prócer Ulysses Guimaraes (1916-1992) e assim votava sempre no PMDB – foi inclusive da Executiva do partido. Àquela altura, o “Dr. Ulysses” já havia falecido e nossos tradicionais partidos políticos que tinham a democracia e a justiça social como bandeira estavam esfarrapados. Chegamos a conversar sobre isso, duas antigas militantes mais à gauche e à deriva naqueles anos. O que fazer, com este ideário e esse Brasil? Como possibilidade em pé só havia o PT.

A professora no Parlamento

Em 1994, Conceição telefonou-me convidando para ir a seu apartamento no Leme para uma conversa sobre sua possível candidatura a deputada federal nas eleições daquele ano. Ela tinha acabado de falar com seus

amigos José Luis Fiori e José Carlos Miranda e queria discutir o assunto comigo. Fui imediatamente para o Leme. Sabíamos que o PT do Rio de Janeiro tinha resistência ao seu nome, devido às disputas pela presidência do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ). Ela já havia substituído, em 1980, Pedro Malan, e foi eleita, novamente, no início dos anos 1990. Mas, o espaço político do IERJ era palco de disputas entre as visões da esquerda e isso havia deixado sequelas nos economistas no Rio de Janeiro (Costa, 2012). Esse “imbróglio” interferia na filiação, porque a cúpula regional do Partido impunha uma “sabatina” com Conceição para aprovar sua filiação. Imagine o tamanho da confusão.

Nessas conversas, sua diletta amiga e ex-aluna Glória Moraes ligou para Wladimir Palmeira e Antônio Neiva Moreira, conhecido como “Sossonho”; o primeiro, deputado federal pelo PT-RJ e o segundo, o mais influente quadro político do PT fluminense. Ambos compraram a ideia e convenceram os militantes contrários do partido, com a simples indagação: “Como sabatar a professora?”. Todos aquiesceram, a razão prevaleceu e filiação foi aprovada. Ela aconteceu festivamente na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), e sua amiga e ex-aluna Glória Moraes abonou sua ficha.

No mesmo ato, também me filiei e iniciamos, ainda em janeiro de 1994, a organização da campanha de Maria da Conceição Tavares para deputada federal nas eleições de 1994. Glória convidou o empresário Chico Dazibao para ser o tesoureiro de campanha. Juntaram-se a nós Sergio Góes de Paula, Carlos Fernando Andrade. Logo, a turma da chapa B das eleições do IERJ abraçou sua candidatura e partimos para o corpo a corpo eleitoral. Não tínhamos recursos financeiros. Dois livros de ouro, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro, foram organizados por ex-alunos(as) de Conceição. Sua campanha foi sustentada por essas contribuições.

No corpo a corpo eleitoral, Conceição falou para cerca de cinco mil pessoas ao longo da campanha e percorreu os auditórios de todas as faculdades de Economia do Rio de Janeiro. As caminhadas nos fins de semana pela orla marítima arrastavam estudantes da Pós e da Graduação do IE (UFRJ) numa alegria contagiante. Assim, a professora Conceição conseguiu a proeza de ter sido praticamente a única candidata de opinião que o Rio de Janeiro elegeu na sua história política para um mandato parlamentar. Ocorre que o TSE anulou as eleições parlamentares no Rio de Janeiro por suspeita de

fraude. Tivemos de repetir a campanha, com todas as dificuldades de uma segunda arrecadação de recursos. O estresse foi tamanho que Conceição teve um problema de coluna que acabou por exigir uma cirurgia. A professora conseguiu o feito de ter praticamente o mesmo número de votos em ambas as eleições (Melo, 2012 e 2019).

Um fato curioso: Conceição foi a candidata à Câmara dos Deputados mais votada na 16ª Zona Eleitoral do município do Rio, que compreende os bairros de Laranjeiras e Cosme Velho. Ao ver os resultados, ela virou-se para mim e disse: “Vou morar no Cosme Velho, porque lá sou amada”. Dito e feito. Vendeu o apartamento do Leme e comprou inicialmente um apartamento na rua General Glicério, 58. Em 1998, ligou de Brasília avisando que éramos vizinhas. Acabara de comprar o apartamento ao lado do meu. Assim, passamos a conviver ao longo das últimas décadas com muitas conversas, almoços, cafés, idas ao cinema, debates acadêmicos e políticos.

Em Brasília, Conceição ocupou o gabinete 825, no Anexo IV, que tinha sido do Lula e depois do Aloisio Mercadante (1991-1994), que repassou o espaço a ela em 1995 e devolveu a ele em 1999. Gabinete e apartamento funcional estiveram sempre à disposição dos militantes do partido e seus colegas universitários. Nas várias idas a Brasília para militância feminista, eu me hospedei na “República da Conceição” (Mercadante & Gomes, 2012, pp.161-178).

De volta ao seu habitat

Conceição, modestamente, sempre afirmou que sua função na Câmara Federal foi “ser professora” da Bancada do PT. Porque o embate parlamentar era uma saia justa para ela. Defendia que os projetos de lei fossem atribuições das bancadas partidárias e não decisões isoladas dos parlamentares. O que ia contra a maré tradicional do meio político nacional. Além do mais, a política exigia uma negociação exaustiva, algo que ela tinha dificuldade em vivenciar e explodia com sarcasmo, no jeito “cangaceiro”. Rapidamente, entendeu que o jogo político congressual era além da conta do que podia suportar e muito diferente do embate de ideias do ambiente acadêmico. Lá é que era seu lugar. Não renovaria o mandato. Conceição decidiu que retornaria ao seu habitat, a universidade.

A legislatura de Conceição na Câmara Federal foi recheada de figurões da “elite” intelectual brasileira, Delfim Neto e Roberto Campos dividiam com ela esse palanque. Já debatiam, há décadas as ideias econômicas, na maioria das vezes em lado opostos. O encontro na Câmara Federal, naquele momento em que a agenda desenvolvimentista estava na berlinda, foi uma pândega. O plenário da Comissão de Finanças e Tributária da Câmara nas sessões matinais ficava apinhado de parlamentares e estudantes que não queriam perder uma só cena dos debates acirrados entre ela e Delfim. Ainda que divergentes no campo das ideias, nunca foram adversários. O maneiroso Delfim fazia meio de campo com Conceição em algumas pautas. Ajudou, por exemplo, a coletar assinaturas para a proposta de taxação de grandes fortunas, projeto que Conceição desengavetou e o então presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou em plenário.

A professora contava, com seu estilo absolutamente inigualável, que estava por perto quando ouviu o cochicho de Delfim com outro deputado que tentava convencê-lo a apoiar a proposta. No que o interlocutor disse: “Como vou assinar se sou contra?”. O ex-ministro respondeu de pronto: “É só para ir a plenário. Lá votamos contra”. Claro o projeto não andou.

Enfim, Lula lá

A vitória, em 2002, de Lula para presidente da República encheu-a de esperanças. Muito embora Conceição tenha sido contrária à famosa “Carta aos Brasileiros”, costurada pelo Antonio Palocci. A professora chegou a ficar doente por conta desse episódio. Na prática, em um gesto para sossegar a Faria Lima, Lula se comprometia a não mudar a política econômica de FHC. Conceição não se conformou e explodiu. Foi parar, por estupidez médica, em uma cirurgia arriscada. Teve seu tórax aberto para receber o diagnóstico que seus pulmões estavam limpos. A intervenção jurídica a tirou do campo de batalha da campanha eleitoral.

Durante o primeiro mandato de Lula, foi muitas vezes recebida pelo presidente para discutir pontos relativos à política econômica, pilotada por Antônio Palocci. Quase sempre, diante das recorrentes reclamações, sobretudo em relação à taxa de juros, Lula ligava para Palocci e dizia: “A Conceição está indo aí conversar com você. Escute ela!” E lá ia ela. Era recebida, com todos os rapapés do mundo, cafezinho e beijinhos. Mas, tudo

não passava de um ritual sem consequências. Suas reclamações e sugestões com relação à condução da política econômica eram letras mortas. Até que desistiu dos encontros com Lula.

Carlos Francisco e Conceição

Com a morte do “Mestre Furtado” (como ela referia a ele), em novembro de 2004, economistas heterodoxos, com o apoio de Lula, criaram o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (2005–2007), dirigido por Conceição e por Luiz Gonzaga Belluzzo. Ela convidou-me para ser diretora financeira naquela gestão. O Centro foi estruturado numa negociação com o BNDES e instalado no subsolo do edifício do banco. Seu amigo Carlos Lessa presidia o banco. Após um embate com o então ministro do Desenvolvimento, Luís Fernando Furlan, Lessa foi demitido. Ainda permanecemos no Centro, na sede do BNDES, até 2007.

“Carlos Francisco”, como Conceição gostava de se referir a ele, não perdoou o presidente Lula, e Conceição ficou no meio: de um lado, Lessa, seu amigo de todas as horas; do outro, Lula, por quem a professora nutre respeito e carinho até hoje. Lessa e Conceição ficaram uns tempos sem se falar. O amuo durou anos. Eu e Glorinha éramos confidentes dos lamentos de Conceição pela distância do amigo.

Em 2019, Glorinha e eu resolvemos entrar em cena e combinamos a reconciliação por intermédio de Darc Costa, grande amigo de Lessa. Darc articulou o encontro. Todos disseram sim. Devido às dificuldades de locomoção da professora, o gentleman Darc, apesar da distância de cerca de 500 metros, apanhou Conceição comigo e seguimos para o casarão da esquina da Ladeira do Ascurra com a Cosme Velho, onde o professor Lessa, morava. A Glorinha e o Lessa já estavam lá nos esperando. Foi emocionante o encontro, ambos combalidos pela idade, mas lúcidos e emocionados. Ela foi recebida pelo anfitrião: “Ceixa, como vai!?” Os anos de separação sumiram, nunca haviam estado distantes, e a prosa sobre o Brasil seguiu calma.

Era como se nós lá não estivéssemos. Os dois eram os estudantes dos anos 1950 que sonhavam com um Brasil que não aconteceu. O tempo havia

passado, mas a amizade estava intacta. Essa foi a última vez que se encontraram, trocaram afetos. A idade cobra seu preço, e, no ano passado, o professor partiu, em plena pandemia. E Ceíça chorou pelo velho amigo.

Hoje Conceição não é mais minha vizinha. Subiu a serra. Falamos semanalmente para matar as saudades das prosas políticas trocadas ao longo de tantos anos. A velha Ceíça, do alto dos seus 90 anos, ainda faz furor, nas redes sociais, com as postagens de antigas gravações de palestras/aulas proferidas no passado, e que caem como uma luva no Brasil de 2020 e 2021. O pensamento de Conceição ressoa também na divulgação pelas redes dos artigos “Restaurar o Estado é preciso” (Inteligência, 2017) e do “Um pacto restrito ao investimento e emprego” (Inteligência, 2019). Neste último, ela afirma que “o realismo é necessário, o governo não é nosso” e ousadamente propõe um pacto ao governo Bolsonaro para investir 50% dos recursos das privatizações – tão sonhadas pelo então poderoso ministro da Economia, Paulo Guedes – em novos investimentos. Conceição justifica a proposta diante da penúria da população pelo desemprego, subemprego e o desalento que alcançava quase 40 milhões de pessoas naquele ano. Quando eu e sua filha Laura contamos o burburinho que seus artigos provocam no meio acadêmico, Conceição ri muito. Como só Conceição sabe rir.

BIBLIOGRAFIA

Costa, Fernando Nogueira da, “De Maria da Conceição Tavares ao capitalismo financeiro”, em Prado, Luiz Carlos D., (Org), Desenvolvimento e Crise: ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares, Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2012, p. 179-204.

Fernandes, Maria Cristina, Pacto pelo Investimento, Valor Econômico, Caderno EU &, 27/09/2019.

Melo, Hildete Pereira de, “Conceição Tavares: uma mulher política”, em Prado, Luiz Carlos D., (Org), Desenvolvimento e Crise: ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares, Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2012, p. 205-226.

Melo, Hildete Pereira de (Org). Maria da Conceição Tavares, vida, ideias, teorias e políticas, São Paulo, Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, Centro Internacional Celso Furtado, 2019, download gratuito http://centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/Livro_Maria_da_Conceicao_Tavares_WEB.pdf

Mercadante, Aloisio; Gomes, Gerson, “Uma economista no parlamento”, em Prado, Luiz Carlos D., (Org). Desenvolvimento e Crise: ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares, Rio de Janeiro, Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 201, pp. 161-178.

Tavares, Maria da Conceição. Restaurar o Estado é preciso, Inteligência, Rio de Janeiro, out-dez. 2017.

Tavares, Maria da Conceição, “Um pacto restrito ao investimento e emprego”, Inteligência, Rio de Janeiro, jul-set. 2019.

Fonte original: <https://inteligencia.insightnet.com.br/ceica-uma-visao-feminista-de-maria-da-conceicao-tavares/>